

Nota Introdutória

O tema da "Primavera Árabe" embora anteriormente tratado² mantém toda a sua actualidade, já que explica pelas palavras de autores árabes a vaga de revoltas que assolou o Magrebe e Médio Oriente. A maior evolução desde então foi a captura e morte de Muammar Kadhafi em 20 de Outubro de 2011 mas, como era previsível, o novo regime líbio já se pronunciou a favor da lei islâmica como fundamento da futura Constituição. Sabe-se agora que houve mesmo tropas estrangeiras a combater ao lado dos rebeldes, em especial militares do Qatar, país que também comprou as armas que ajudaram a derrubar Kadhafi. E também é evidente que há fortes divisões entre os vencedores, com milícias rivais a disputarem o poder e até a questionarem, como aconteceu em inícios de Janeiro de 2011, o novo chefe do estado-maior. Confirma-se a tendência vitoriosa dos partidos islamitas. Na Tunísia, que realizou eleições legislativas em 23 de Outubro, o clima festivo e o entusiasmo democrático resultaram no triunfo do Ennahda, com 41% dos votos. Mas num gesto conciliador, os islamitas aliaram-se a dois partidos de esquerda e se ficaram com a chefia do Governo, na pessoa de Hamadi Jebali, entregaram o agora cargo honorífico de Presidente da República a um opositor laico histórico, o médico Moncef Marzouki. Também no Egipto, numas eleições que se prolongaram até Março de 2012 em várias fases, os Irmãos Muçulmanos surgiram como vencedores, com perto de 40% dos votos, mas a surpresa foram os mais de 20% dos salafitas, uma corrente ainda mais conservadora do islão político. E até em Marrocos, onde o rei Mohammed VI controla a partir do palácio todas as mudanças, as legislativas de 25 de Novembro de 2011 deram o triunfo ao Partido da Justiça e Desenvolvimento, com o seu líder, Abdelilah Benkirane, a prestar juramento como primeiro-ministro. Só a Argélia foi excepção na maré islamita, talvez por nos anos 1990 ter feito a experiência.

Mas mais grave do que o triunfo dos partidos islamitas, em parte convertidos ao modelo turco moderado, parece ser a falta de perspectivas da revolução árabe, sobretudo no Egipto, onde os militares conservam o poder e perante novas manifestações na emblemática praça Tahrir não hesitam em usar a violência. A Amnistia Internacional fala de centenas de mortos desde Outubro de 2011. Também na Síria, os militares fiéis a Bachar al Assad insistem na repressão da oposição, com quase dez mil mortos até finais de Maio de 2011, segundo estimativas cautelosas. Mas se o regime chegou a parecer condenado, é de todo imprevisível o que se seguirá ao cessar-fogo negociado pela ONU em meados de Abril. Atentados suicidas em Damasco, em Dezembro e Janeiro, são uma novidade terrível num país fulcral para a estabilidade do Médio Oriente e a recente chacina numa aldeia de civis – incluindo dezenas de crianças – mostra que, apesar dos esforços de paz, existem ódios sectários muito fortes, tanto do lado do regime como dos rebeldes. Rússia e Irão ajudam Assad, inclusive com armamento, enquanto a Arábia Saudita e o Qatar não escondem o apoio à oposição.

Três ditadores caíram até final de 2011 e o quarto foi, como se previa, o iemenita Ali Abdullah Saleh, que deixou o país em Fevereiro de 2012. Houve mesmo eleições depois da sua saída, mas o Líbano continua mergulhado em guerras: do Governo contra a Al-Qaeda, do Governo contra os rebeldes xiitas e (ainda não declarada oficialmente) do Governo contra os separatistas do Sul.

¹ Leonídio Paulo Ferreira é licenciado em Comunicação Social e mestre em Estudos Americanos. É jornalista desde 1992 e em 1993 fez a sua primeira reportagem internacional como enviado às eleições em Marrocos. A esta somaram-se outras nos Estados Unidos, Índia, Israel, Paquistão, Iraque e Afeganistão. Actualmente é sub-director do *Diário de Notícias*.

² O tema deste artigo foi tratado pelo autor no suplemento "Quociente de Inteligência" do *Diário de Notícias* (8.10.2011).

Assim, voltando ao tom do ensaio anterior, derrubar um ditador árabe é bem mais fácil que construir uma democracia. A Tunísia, continua a ser o país mais bem encaminhado para contrariar aqueles que postulam como tese absoluta que árabes (leia-se islão) e democracia não combinam.

Ben Ali fugiu, Mubarak foi preso, Kadhafi está escondido. A Primavera Árabe incendiou o Magrebe e o Médio Oriente. Seis árabes testemunham em livro o seu entusiasmo pela vaga revolucionária, mas não se arriscam a dar por certo o triunfo da democracia. E há ditaduras que calaram o grito da rua.

1. E NO PRINCÍPIO ERA O FOGO

Entre Sidi Bou Said e Sid Bouzid vai um mundo de distância, como toda a gente descobriu em Dezembro do ano passado. A primeira continua a ser uma vila perto de Tunis, famosa junto dos turistas pelas casas caiadas e de janelas azuis a lembrarem que ali se fixaram andaluzes fugidos da Reconquista Cristã. Com magníficas vistas para o Mediterrâneo, fica paredes meia com a afamada Cartago onde o ditador Ben Ali tinha o seu palácio das Mil e Uma Noites. E não havia família rica, ou próxima do poder, que não sonhasse ser também dona de uma das luxuosas mansões. Já Sidi Bouzid, tirando um nome a soar parecido ao paraíso, não possuía nada que chamasse os visitantes estrangeiros. Nem tão pouco algo que merecesse a atenção dos governantes tunisinos. Longe da prosperidade do litoral, fica duas centenas de quilómetros a sul da capital, numa região onde a agricultura apenas dá para sobreviver e a indústria tarda em chegar. E, no entanto, foi lá que nasceu a Primavera Árabe. De uma tragédia. Da imolação pelo fogo de um jovem, desesperado perante a arbitrariedade dos poderosos de todo o tipo, fosse a mulher polícia que o multou, o governador que recusou ouvir a reclamação ou o distante Presidente, indiferente às queixas da juventude.

“- ‘Ele morreu, ele morreu, ele morreu!’ De telemóvel encostado à orelha, Leila grita de forma histérica, batendo energicamente nas ancas com a sua mão livre. Não ouvimos o nome da pessoa falecida, mas todos percebemos que se tratava de Mohamed Bouazizi. Estamos na terça-feira, 4 de Janeiro de 2011. Mohamed Bouazizi acaba de morrer no hospital de Ben Arous, no serviço de grandes queimados, às 17.30. O país está de luto.”

O relato é feito por Lofti Ben Chrouda, que durante duas décadas foi o mordomo de Leila Trabelsi, a segunda mulher de Zine El Abidine Ben Ali (ou ZABA, como lhe chamam os *bloggers*), Presidente da Tunísia desde 1987. Ajudado pela jornalista Isabelle Soares Boumalala, deu graças a Alá por não ter sido levado como outros serviçais no avião em que o ditador fugiu para a Arábia Saudita e apressou-se a publicar as suas memórias sob o título “Dans l’ombre de la reine”. Num estilo simples, de testemunho sem demasiadas interpretações, descreve a opulência em que vivia a vistosa Leila e a forma como se impôs ao marido, forçando-o a pôr o Estado ao serviço dos negócios do seu clã.

Impressionante é a forma como Lofti Ben Chrouda relata o horror do casal presidencial perante a revolta dos tunisinos em solidariedade com um vendedor de hortaliças. Nunca imaginaram que seriam expulsos do poder. Sobretudo nunca pensaram que a sua queda seria causada por um jovem de 27 anos, com um diploma do ensino secundário, incapaz de arranjar emprego estável e por isso obrigado a sustentar a mãe, o tio e meia dúzia de irmãos e irmãs através da venda ambulante de vegetais.

Muito se disse já nos jornais sobre esse 17 de Dezembro de 2011 em que Mohamed Bouazizi se regou com gasolina e acendeu um fósforo. E também são muitos os livros que surgiram (e mais ainda são anunciados até final do ano) que relatam e tentam explicar a Primavera Árabe, essa inesperada vaga de democratização que se iniciou na Tunísia e já causou a queda de três ditadores. Mas ninguém como os próprios árabes para nos ajudarem a perceber o que se passa, como aconteceu, como lá se chegou, em que resultará. Tal como há duas décadas o libanês Amin Maalouf nos surpreendeu com o seu ‘As Cruzadas Vistas pelos Árabes’, tão

diferente da tradicional versão europeia, vale a pena olhar para esta Primavera, mas vista só por autores árabes e traduzida para francês, inglês e espanhol. Árabes como Loft Ben Chrouda, que assistiu de dentro à derrocada do regime tunisino, mas também árabes como Lina Ben Mehenni, uma jovem tunisina que, com recurso à Internet, participou nesse desafio a uma ditadura habituada a controlar tudo, mas impotente perante a força do Facebook e do Twitter. “As minhas noites – deveria dizer as nossas noites porque me tinha instalado em casa de Leila, uma amiga advogada – esticaram-se bruscamente em 17 de Dezembro de 2010. Estávamos na sua cozinha, cada uma frente ao seu computador portátil, quando soubemos da notícia da imolação pelo fogo de Mohamed Bouazizi, um jovem diplomado que trabalhava como vendedor ambulante de legumes em Sidi Bouzid, uma cidade do centro do país. ‘Partamos para Sidi Bouzid, dissemos a uma só voz. Infelizmente, por falta de meios, não pudemos ir, mas como sempre, Facebook, Twitter, Flickr permitiram-nos saber que amigos do jovem se manifestavam junto da sede do governador da província e, como é hábito, a polícia interveio violentamente. A noite foi longa. Os habitantes de Sidi Bouzid fizeram um ‘sit-in’ e recusaram ir para casa. Graças a colegas de Leila exercendo na própria Sidi Bouzid, conseguimos enquadrar as informações que nos chegavam pelas redes sociais. E pela minha parte, pedi ajuda a toda a minha rede de amigos virtuais. De leitora que partilhava as informações dadas por outros, tornei-me eu mesma uma fonte de informações. No Twitter, #sidibouzid tornou-se o ‘hashtag’ mais utilizado na Net, e não somente na Tunísia, pois daria a volta ao mundo!”, descreve Lina Ben Mhenni, no seu “Tunisian Girl – Blogueuse Pour Un Printemps Árabe”.

O acto de sacrifício de Mohamed Bouzizi não resultou de uma contestação colectiva. Foi um acto individual. Uma reacção de desespero de alguém que se sentiu humilhado. Não se conhecia ao jovem qualquer militância que não fosse a da necessidade de ter sustento para si e para a sua família. E, no entanto, as razões do seu desespero encontraram identificação junto de tantos outros jovens tunisinos e das nações árabes vizinhas, que o vendedor de hortaliças se tornou um ‘chahid’, um mártir. E multiplicaram-se os actos de mimetismo. Perante um poder distante, cego e surdo às reivindicações, a imolação pelo fogo de repente tornou-se o meio de protesto político por excelência, repetindo-se na Tunísia, no Egipto ou na Argélia. Nota Fehti Benslam, autor de *Soudain, La Révolution*, “a mais alta autoridade religiosa da Tunísia, suportada pela Al-Azhar do Cairo, veio lembrar que a autoimolação pelo fogo é um suicídio”. E que não existia diferença entre matar-se a si próprio ou matar outro, segundo o Alcorão. Bouazizi, nota Fehti Benslam, um psicanalista que ensina na Universidade de Paris-Didérot, era assim excluído da comunidade dos crentes, punição póstuma que visava evitar imitações e que se presumia ter efeito garantido, mesmo junto do povo de um país tão laicizado como a Tunísia.

Não foi assim que se passou. As imolações (foram cinco ao todo) pararam, é certo. Mas de suicida sem outra causa que não fosse a sua indignação, Bouazizi transformou-se em bandeira de uma revolução, que em breve seria muito mais que tunisina. O mundo árabe, onde os jovens com menos de 30 anos rondam os dois terços da população e enfrentam uma taxa de desemprego perto dos 40%, encontrava assim um herói improvável. Um suicida. Mas não um suicida como os *kamikazes* islamitas, que se imolam para matar o máximo de gente em nome de uma utopia, mas um suicida que ao escolher-se como único alvo se transcendeu. Voltemos a Benslam, que analisa a psicologia da multidão árabe:

“Desde o início da revolta, Bouazizi é chamado de mártir (‘chahid’); o povo tunisino, que é na sua maioria crente e que conhece a condenação religiosa radical do suicídio, ignora-a. É assim que nasce o primeiro mártir da revolução no mundo árabe, no sentido em que se trata de um suicida, desligado da fé religiosa, do seu julgamento final e da sua esperança”.

Os tunisinos revoltam-se por quererem que mais ninguém, num país tão aclamado como modelo de desenvolvimento, tenha de chegar tão longe para fazer ouvir a sua indignação. E para que não haja, nunca mais, razões tão óbvias para a indignação.

Em 17 de Dezembro aconteceu a imolação. Em 4 de Janeiro Bouazizi morria e, em 14, Ben Ali exilava-se, depois de o exército se recusar a reprimir uma revolução que a polícia falhara travar. No início foi o fogo. E o mundo árabe incendiou-se a partir da Tunísia.

2. O CAIRO JÁ ESTÁ A ARDER

“Na manhã de 25 de Janeiro acordei cedo, como é hábito, e dediquei-me a trabalhar no meu novo livro até ao meio-dia, mas quando me sentei para comer e liguei a televisão vi o milagre. Milhões de egípcios tinham saído às ruas a pedir a queda do regime e a saída de Mubarak. Vesti-me a toda a velocidade e juntei-me à revolução egípcia até ao final. Vivi durante 18 dias na rua, excepto durante umas poucas horas quando dormia, me lavava e estava um pouco com a minha família. A gente que vi na praça Tahrir eram uns novos egípcios que não se pareciam nada àqueles com quem estava habituado a lidar no dia-à-dia. Era como se a revolução tivesse reinventado os egípcios numa forma superior. É injusto chamá-la de revolução dos jovens. A juventude a iniciou e a encabeçou, mas todo o povo egípcio se juntou a ela. Na praça Tahrir vi um Egipto plenamente representado: pessoas de todas as idades e condições sociais, coptas e muçulmanos, jovens e anciãos, mulheres com véu e outras sem ele, ricos e pobres”. Esta longa descrição da hora zero da revolução egípcia é de Alaa Al Aswany, um dentista que fez sucesso como escritor graças ao livro ‘O Edifício Makoubian’. Excelente observador da sociedade egípcia, apesar de ter escolhido o caminho do romance para melhor a retratar, Al Aswany tem-se afirmado também como cronista político, aproveitando as brechas da censura para publicar as suas críticas ao regime. E nunca se coibiu de contestar a tentação dinástica de Mubarak, que chegou a pensar no seu filho Gamal como sucessor.

Neste seu *Egipto: Las Claves De Una Revolución Inevitable*, além de uma introdução actualizada já com a queda do Presidente, surgem crónicas que analisam as múltiplas facetas da sociedade egípcia, desde a ameaça islamita acenada a toda a hora pelo regime até às difíceis relações entre os cristãos coptas e a maioria muçulmana. Espaço ainda para as frustrações da juventude, muita vezes com estudos, mas sem perspectiva de emprego. É a visão de um optimista, que acredita na pujança da sociedade árabe e contesta aqueles que a vêem como refém de glórias passadas, um povo saudoso do tempo dos califas em que o islão não só era a potência militar dominante, como liderava nas técnicas e nas ciências.

O Egipto, onde se calcula existirem 600 mil bloggers, cedo soube da agitação social na Tunísia. De Marrocos a Bagdad, e sobretudo na versão escrita, é uma só língua que serve de comunicação, o árabe. Assim, toda a mensagem se espalha hoje com uma velocidade alucinante, seja as revelações do WikiLeaks, comprovando que os embaixadores americanos consideram a maioria dos regimes árabes como corruptos, seja a imolação pelo fogo de um vendedor de hortaliças no interior tunisino em protesto contra a arbitrariedade. Como nota Bassam Tayara, jornalista libanês autor de *Le Printemps Árabe Décodé*, tanto a Internet como as cadeias televisivas pan-árabes, em particular a Al-Jazeera do Qatar, mostraram-se um desafio inultrapassável para as polícias políticas. Estavam habituadas a usar o lápis azul para riscar páginas inteiras de jornal ou inventar dívidas às gráficas para silenciar de vez um título mais ousado. Ora, neste mundo do Facebook, tudo se sabe e o mundo árabe não é excepção. E a notícia do vendedor esbofetado por uma mulher polícia, humilhação extrema compreensível em qualquer parte do mundo árabe, espalhou-se como o vento. Escrita e reescrita, saltou da internet para os jornais e depois para os livros, e cumpriu a sua missão, mesmo que se saiba agora que não houve bofetada e que a polícia, Faida Hamdy, depois de presa por duas vezes (por Ben Ali e depois já de Ben Ali) teve de fazer uma greve de fome para ser julgada e libertada, com as testemunhas a darem o dito por não dito. Uma reportagem do

jornal francês 'Libération' encontrou esta mulher de 45 anos, solteira, a viver em casa dos pais, longe de Sidi Bouazid, e cheia de medo de uma revolução em que teve um papel involuntário. O Egito teve também o seu mártir. Chamava-se Khaled Said. Em 6 de Junho de 2010, um jovem de 28 anos foi levado à força de um internet café em Alexandria e espancado até à morte pela polícia à vista de todos. Mais tarde invocaram que teria morrido a tentar engolir um saco de marijuana. Ameaçada se apresentasse queixa, a família do jovem morto mesmo assim colocou na net uma foto do seu rosto espancado. E sinal de que o muro defensivo do regime de Mubarak, presidente desde 1981, já não era assim tão forte, surgiu no Facebook a página "Todos Somos Khaled Said". Administrada pelo executivo da Google Wael Ghoneim, acumulou meio milhão de seguidores e teve um papel decisivo na convocação da manifestação de 25 de Janeiro, Dia da Polícia. Era um protesto já com tradição, mas desta vez multiplicaram-se esforços para reunir uma multidão. A queda de Ben Ali, outro ditador no poder desde a década de 1980, mostrava que ninguém era eterno. E assim milhares de egípcios manifestaram-se nesse dia na praça Tahrir, bem no coração do Cairo, próximo do Museu Egípcio e dos hotéis de cinco estrelas que bordejam o Nilo.

Tahrir em árabe significa 'libertação' e isso esteve claro na mente dos organizadores do protesto, na sua maioria jovens do movimento pró-democracia. O regime reagiu com um ataque à internet, bloqueando o Facebook e o Twitter. Mas três dias depois, na chamada "Sexta-Feira da Raiva", 800 mil pessoas juntaram-se de novo na praça Tahrir, clamando a demissão de Mubarak, o general que sobreviveu ao atentado que matou Anuar Al-Sadat e de vice-presidente passou a Presidente, cargo que manteve 30 anos.

Num livro com fabulosas fotografias, editado por Karima Khalil, uma médica caiiota, reuniram-se testemunhos das palavras de ordem dos manifestantes: "O meu endereço é praça Tahrir até ele ir", "Egípcio e Orgulhoso", "Eu não quero ser outro Khaled Said", "Esta é uma mensagem para o mundo", "América deve apoiar o povo não o tirano", "O povo quer derrubar o Presidente", "Eu costumava ser medroso, tornei-me egípcio", "Bebés no útero gritam para Mubarak partir", "Os miúdos do Facebook bloquearam Mubarak", "Sabem porque é que Mubarak já passou dos 80? Porque não é tratado pelo sistema nacional de saúde".

Intitulado *Messages from Tharir*, trata-se de um livro testemunho, onde se pode ver a enorme diversidade de gente que aderiu à revolta contra o ditador. Há jovens e velhos, há mulheres de véu e outras de cabelo solto, há cristãos e muçulmanos, tal qual Al Aswany também relatou. E o espírito geral, escreve Karima Khalil, "era de determinação, com a brutalidade policial apenas a fortalecer a vontade dos contestatários em permanecer na praça". Transmitidas pelas televisões de todo o mundo, as imagens da multidão na Tahrir davam ideia de uma vaga esmagadora, inquebrável face ao regime. E, no entanto, tudo estava a ser feito para desmobilizar. Mubarak não queria seguir o caminho de Ben Ali. No Egito, os militares, acreditava o Presidente, eram leais ao poder. E a morrer seria sempre um dia no próprio país, talvez mesmo ainda a mandar. Foi um braço-de-ferro entre o regime e aqueles que o desafiavam que durou de 25 de Janeiro a 11 de Fevereiro.

"Hosni Mubarak e o seu ministro do Interior, Habib al-Adli, cometeram todos os crimes possíveis durante esses 18 dias para deter a revolução. A polícia antidistúrbios disparou gases lacrimogéneos proibidos internacionalmente e balas de borracha contra os manifestantes, e de seguida chegou ordem para matá-los. Eu estava no meio de centenas de milhares de manifestantes quando os franco-atiradores começaram a disparar. Estavam colocados no telhado do Ministério do Interior e usavam espingardas equipadas com miras laser. Os disparos atingiam os manifestantes mesmo na cabeça e matavam-nos instantaneamente. Dois homens jovens caíram perto de mim no espaço de meia hora. O surpreendente é que os manifestantes não bateram em retirada", escreveu Al Aswany, que relembra que houve de tudo naqueles dias, até o ataque a cavalo e camelo dos partidários de Mubarak a 2 de Fevereiro, que visto na televisão parecia um filme de quinta categoria, daqueles de argumento

repetitivo que o Egito, terceiro produtor mundial de cinema, exporta para todo o mundo árabe.

Mas o regime dava sinais de nervosismo. Para tentar acalmar os ânimos, Mubarak prometeu a 1 de Fevereiro não se recandidatar a um sexto mandato. Três dias antes tinha também remodelado o Governo e nomeado um vice-presidente, algo inédito em três décadas. A 7 de Fevereiro, a polícia libertava também Wael Ghoneim, fundador da página Facebook “We Are All Khaled Said”. Após 12 dias detido, pôde ir à TV apelar a todos que se juntassem aos protestos. O Egito já não estava amordaçado.

“Ao décimo oitavo dia, encontrava-me debatendo com uns manifestantes perto da praça Tahrir quando escutei um grito agudo, seguido de outros que diziam a viva voz: ‘Renunciou!’ Milhões de egípcios passaram a noite entre celebrações desenfreadas, cheios de alegria porque Mubarak se tinha demitido e a ditadura caíra”, conta Al Aswany. O mesmo momento é também descrito pela médica Khalil: “Ao entardecer de 11 de Fevereiro de 2011, um breve discurso televisionado anunciou a demissão de Hosni Mubarak de Presidente do Egito. Na praça Tahrir, a notícia correu veloz por entre uma multidão forte de um milhão; milhares mais vieram para a praça para se juntarem às celebrações esfuziantes que engoliram o país durante vários dias. Para a revolução egípcia, foi o fim do princípio.”

Começou-se a falar de um efeito dominó. A Primavera árabe derrubara em 14 de Janeiro um ditador. Em 11 de Fevereiro outro. A mudança chegou de surpresa à pequena Tunísia. Mas agora sentia-se também no Egito, a mais populosa das nações árabes. Se Tunis pegara fogo primeiro que as outras capitais, agora era o Cairo, ‘Al Qahira’, a cidade que em árabe quer dizer a vencedora, que já estava a arder. Tudo passava a ser possível.

3. CHEIRO A TERRA QUEIMADA

Um mês depois de Tripoli se ter revoltado contra Muammar Kadhafi e os rebeldes terem entrado na capital líbia, Nicolas Sarkozy e David Cameron aterraram no país e foram celebrados como libertadores. O Presidente francês, que demorou a perceber a revolta tunisina, tornou-se de repente um campeão da democratização do mundo árabe e impulsionou a resolução do Conselho de Segurança da ONU que autorizou, em Março, ataques às forças de Kadhafi, senhor absoluto da Líbia desde 1969. E o primeiro-ministro britânico, com sede de vingança pelas sucessivas humilhações impostas por Kadhafi a troco do acesso de petrolíferas como a BP às riquezas do país, alinhou também na campanha de bombardeamentos aéreos, oficialmente destinada a proteger os civis da fúria de um regime desafiado.

Hoje é óbvio que os rebeldes baseados em Bengazi, em luta armada contra Kadhafi desde Fevereiro, não teriam vencido sem o apoio militar externo, que passou também por um discreto treino que transformou combatentes inexperientes em soldados a sério. E a visita de Sarkozy e Cameron em 15 de Setembro a Tripoli e Bengazi só serviu para lembrar que no caso da Líbia o sucesso da Primavera Árabe exigiu ajuda vinda de fora, um dado que destruiu todos os cálculos feitos pelo coronel Kadhafi.

“Desde o início, a contestação na Líbia surge como uma seqüela do fervor revolucionário que alimenta a Primavera Árabe. Mesmo se parece um pouco atrasada, tendo em vista a longevidade do regime. Em 15 de Fevereiro, a polícia dispersa pela força uma manifestação em Bengazi contra o poder. Esta segunda cidade do país é o bastião histórico da oposição. Já foi palco de outras revoltas e desta vez a multidão a ser dispersada pela polícia à força é filmada e posta no Facebook. Balanço: seis mortos em Bengazi, dois em Baida, outra cidade do Leste. É o ponto de partida de uma revolução iniciada a meio de Fevereiro e que provoca, a partir daí, mortes, ferimentos e fugas em centenas e milhares de pessoas”, escreve Bassam Tayara, correspondente em Paris do jornal libanês ‘Al Akbhar’, que teve um papel fundamental na divulgação em árabe dos telegramas diplomáticos americanos divulgados pelo *site* WikiLeaks.

Revoltas em Bengazi, Baida, Tobruk e Misrata. De repente, o regime de Kadhafi sente-se contestado. Entre as promessas de mudanças feitas por Saif al Islam (o filho com fama de reformista) e as ameaças de repressão pura e dura do próprio líder, os rebeldes não desistem. Sabem que o ditador esmagará todos aqueles que ousaram desafiá-lo, pois há demasiados massacres na memória, como o do milhar de presos abatidos com granadas e metralhadoras num dia de 1996 porque pediram melhores condições. E o ponto de não retorno acontece logo em 20 de Fevereiro, quando artilharia pesada é usada contra Bengazi.

Depois de séculos sob domínio turco, a Líbia foi uma colónia italiana até ao final da Segunda Guerra Mundial. Após um período sob administração da ONU, ganhou a independência em 1951. Mas é uma construção nacional frágil, muito mais tribal que a Tunísia ou o Egipto. E o papel de destaque de Bengazi na revolta não surpreende, pois é capital da província da Cirenaica, que nunca apreciou muito a preponderância de Tripoli, capital da província da Tripolitânia. A sul, uma terceira província chamada Fezzan, pouco povoada, cobre sobretudo um vasto espaço desértico e serve de ligação à África Negra. Prova de que a revolta estava destinada a assumir um estilo de tudo ou nada, surgem bandeiras tricolores, ligadas à monarquia derrubada pelos militares em 1969, enquanto a bandeira 100% verde de Kadhafi é pisada, rasgada, queimada. Deserções em massa de militares, incluindo pilotos a fazerem os seus caças aterrar em Malta, e também de algumas de figuras do regime, deixam Kadhafi fragilizado. Um dos desertores é Mustafa Abdel Jalil, ministro da Justiça enviado a Bengazi para negociar a rendição dos rebeldes e que se torna o seu líder. Preside até hoje ao Conselho Nacional de Transição, o novo poder líbio reconhecido desde Março pela França e que aquando da tomada de Tripoli já contava com o apoio formal de uma trintena de países, entre os quais Portugal.

Graças ao dinheiro do petróleo, Kadhafi conta com apoios. Há tribos que estão demasiado ligadas ao regime para o trocarem por uma rebelião cujos contornos são indefinidos. E mercenários africanos dispostos a combater por um punhado de dólares são aos milhares. Quantidades enormes de armas e munições estão também à disposição das tropas lealistas. Assim, mesmo depois da resolução de 17 de Março que autoriza a NATO a bombardear os kadhafistas, o conflito ganha dimensão e transforma-se numa guerra civil. E, como nota Bassam Tayara, com o envolvimento estrangeiro, “a revolução líbia perde a sua pureza original”.

De derrota em derrota, Kadhafi recorre a todos os argumentos. A sua retórica fala de ingerência estrangeira (o que é verdade a partir de certo momento), de envolvimento da Al-Qaeda (o que também é verdade, se pensarmos que há islamitas barbudos entre os rebeldes) e separatismo da elite de Bengazi (o que também tem base, mas apenas se o conflito se eternizasse). Contra tudo isso, as ameaças verbais multiplicaram-se, desde abrir as fronteiras a milhões de africanos ansiosos de atravessar o Mediterrâneo e chegar ao Eldorado europeu até usar o terrorismo para punir os países que apoiassem a rebelião. Tudo para levar muito a sério. Isolado, o destino de Kadhafi estava, porém, traçado. O Ocidente, que aceitara os seus desejos de reintegração na comunidade internacional depois de décadas como pária apoiante de terrorismos vários, virou-lhe as costas em definitivo. Os países árabes, que viram o coronel chamar tantas vezes corruptos aos seus líderes, também alinharam com a condenação geral. E nem russos nem chineses, que na ONU guardaram no bolso o seu direito de veto aquando do voto sobre o ataque à Líbia, foram em seu socorro. Resta a solidariedade de alguns velhos amigos africanos, a quem ofereceu palácios e estádios, e que podem oferecer-lhe asilo, apesar de ser procurado pela Interpol e pelo Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade.

Se pudesse, Kadhafi teria arrasado a Líbia para não ser de mais ninguém já que não pode continuar a ser sua. Mas se a guerra civil destes oito meses não fez do país terra queimada, já 42 anos de despotismo tiveram um efeito desse género na sociedade líbia.

No seu livro *La Primavera Árabe*, o escritor marroquino Tahar Ben Jelloun lembra uma visita à Líbia de Kadhafi: “Senti-me como num país imaginado pela combinação das mentes de George Orwell e Franz Kafka”, uma ditadura Big Brother que tudo controlava e que ao mesmo tempo se encarregava de fazer da vida da população um processo permanente de adivinhar as intenções do líder tido por infalível.

4. NÃO HÁ FUMO SEM FOGO

Senhores de uma legitimidade muito própria, os monarcas árabes souberam dar uma resposta até agora eficaz às reivindicações dos seus jovens. De Marrocos à Arábia Saudita, passando pela Jordânia, tanto se aumentaram os apoios sociais e os salários, como se fizeram algumas reformas políticas. Destas, as mais significativas foram a nova Constituição Marroquina, que limita um pouco mais o papel de Mohammed VI, e a histórica autorização do direito de voto às mulheres na Arábia Saudita, ainda que o Rei Abdullah tenha deixado bem claro que só entraria em vigor em 2015. São concessões feitas pelos soberanos, insuficientes aos olhos da juventude que assiste entusiasmada na televisão aos êxitos da Primavera Árabe e troca experiências via Net. Mas mesmo assim são sinal de que qualquer líder árabe atento ao mundo que o rodeia já não se sente a salvo de uma possível onda de contestação. E que o mais sábio é prevenir.

Vale a pena lembrar aqui uma frase de Alaa Al Aswany; “Os egípcios são como os camelos: podem suportar pancadas, humilhação e fome durante muito tempo, mas quando se revoltam fazem-no de repente e com tal força que é impossível de controlar.” Se é verdade em relação aos egípcios, não há razão para que não se aplique aos árabes em geral. E é um alerta que certos ditadores insistem em não querer ouvir. É o caso de Bachar al Assad na Síria, de Ali Abdullah Saleh no Líbano e de Hamad al Khalifa no Bahrein.

Tahar ben Jelloun afirma que “estes regimes se defenderão por qualquer meio, pois os seus dirigentes sabem que carecem de legitimidade e que não têm para onde ir”. Al Assad, que herdou o poder do pai há uma década com promessas de liberalização do regime, faz hoje vagas ofertas de diálogo à oposição, mas envia blindados para as cidades que se manifestam e faz tudo para que não haja imagens dessa vaga de repressão. Oriundo de uma comunidade minoritária, os alauitas, apoia-se cada vez mais no seu grupo e noutras minorias, como os cristãos e os drusos, para se perpetuar no poder. E acusa os opositores, presentes sobretudo na maioria sunita, de quererem instaurar uma república islâmica que ponha fim a uma tradição laicista que vigora no país desde que o partido Baas tomou o poder.

Com os jornalistas estrangeiros proibidos de entrar no país, e frequentes bloqueios das telecomunicações, é difícil saber o que se está de facto a passar na Síria. Mas além dos quase três mil mortos dados como certos, cada vez mais se prevê que uma guerra civil poderá eclodir. Por um lado, os grupos opositores tentam recrutar soldados sunitas em desacordo com as ordens repressivas dos oficiais alauitas, por outro o regime soma às suas unidades especiais os ‘Chabiha’, unidades oriundas de grupos mafiosos. Ora esses grupos mafiosos são dominados por alauitas.

Cerca de um quinto da população, os alauitas pertencem ao islão xiita, mas não ao ramo predominante no Irão. Por tradição são avessos a uma associação entre o Estado e a religião, o que o faz defensores do laicismo. É uma característica partilhada com os seus correligionários na Turquia, aí denominados de alevitas. Percebe-se, assim, que com Al Assad estejam firmes, por exemplo, os cristãos. Aliás, um deles até acaba de ser nomeado ministro da Defesa, o que diz muito sobre a estratégia de resistência do Presidente sírio. Mas certa burguesia sunita, sobretudo em Damasco e Aleppo, ainda parece preferir o regime a uma tomada do poder pelo ramo local dos Irmãos Muçulmanos.

Herdado do primeiro século do islão, há quase 1400 anos, o fosso entre sunitas (90% dos muçulmanos) e xiitas (10% e maioritários sobretudo no Iraque e no Irão) surge muitas vezes

como pano de fundo de conflitos e crises políticas, apesar de na origem ser uma disputa entre o modo de sucessão de Maomé. Os sunitas, ou seguidores da tradição, apoiavam que o califa fosse escolhido entre os companheiros do profeta, mas os xiitas, ou partidários de Ali, exigiam que a chefia dos crentes coubesse ao primo e genro de Maomé. Ora por bizarro que pareça, sem se saber isto, não é possível compreender a revolta no Bahrein, uma pequena ilha no Golfo Pérsico, que serve de base à frota americana na região.

Como nota Bassam Tayara, “o caso do Bahrein é especial. O facto desse pequeno país de maioria xiita ser governado por uma realeza sunita assume um peso muito acentuado no contexto das tensões e dos alinhamentos na região”. Assim, a mobilização popular surgida a 14 de Fevereiro, apenas três dias depois da queda de Mubarak, é depressa assimilada pelo Rei Hamad al Khalifa a uma manobra do Irão. E se uma tentativa de diálogo é ainda feita nos primeiros tempos, apesar da repressão policial causar sete mortos logo no dia inicial, cedo se percebe que o regime vai apostar na mão-dura para silenciar os protestos. Afinal, ao exigirem verdadeira democracia, os manifestantes estão a reivindicar que a maioria xiita tenha uma palavra decisiva no futuro do país. Por seu lado, o monarca não admite sequer uma partilha mínima de poder e sabe-se que há muito que o problema demográfico o inquieta, a ponto de oferecer a nacionalidade a imigrantes sunitas oriundos de países como o Paquistão.

Verdadeiros cidadãos de segunda no seu país, os bahreinis xiitas reclamam um parlamento eleito e com verdadeiros poderes, assim como um governo representativo. Bassam Tayara nota que apesar de só contar com 700 mil habitantes, a ilha é minúscula e o aumento demográfico torna difícil o acesso ao emprego e à habitação, sobretudo aos xiitas, em geral mais pobres e por tradição discriminados pelas autoridades.

Da repressão contida misturada com conversações dirigidas pelo próprio príncipe herdeiro, o regime passa ao confronto aberto com a oposição e apela à ajuda militar saudita e das outras monarquias da região, que esmaga a partir de 14 de Março a revolta. Em 18 desse mês, é ordenada a destruição do monumento que dava nome à praça das Pérolas, ponto de concentração do movimento pró-democracia.

A Primavera Árabe no Bahrein era assim travada por uma Arábia Saudita sempre preocupada com qualquer movimentação xiita na região, tanto mais que apesar do reino ser sunita tem grandes populações xiitas nas províncias petrolíferas do Leste. E da parte do Ocidente, um silêncio quase total. Os Estados Unidos estavam convencidos da mão do Irão por trás dos manifestantes e suspiraram de alívio por não haver destabilização numa zona tão estratégica para os seus interesses energéticos. “A Casa Branca contentou-se, através do porta-voz da presidência americana, Tommy Vietor, a apelar em 21 de Março, ou seja depois da limpeza da praça principal de Manama, aos países do Conselho de Concertação do Golfo para respeitarem os direitos dos bahreinis”, notou Bassam Tayara.

Já o caso iemenita apresenta ainda mais complexidade que o sírio e o bahreini. No poder desde 1978, Ali Abdullah Saleh esteve quase a ser dado como o quarto ditador vítima da Primavera árabe, depois de uma explosão no seu palácio em Sanaa em 3 de Junho o ter ferido e obrigado a uma prolongada hospitalização na vizinha Arábia Saudita. Acabou por regressar em Setembro, ao fim de mais de três meses de ausência, conseguindo retomar o controlo do poder. E mostrando estar disposto a calar a oposição por todos os meios: uma manifestação pacífica foi mesmo reprimida a tiro de franco-atiradores nas horas que rodearam o regresso de Ali Saleh ao mais pobre dos países árabes, onde uma sociedade tribal coexiste com um Estado que ainda não conseguiu apagar os vestígios da divisão Norte-Sul que durou até 1990.

De facto, o Sul, que teve o único regime marxista do mundo árabe, continua a digerir mal a integração no Norte, muito mais conservador e que, graças à continuidade de Ali Saleh no Poder, fornece a maioria dos dirigentes. A tudo isto há ainda a somar uma persistente insurreição xiita nas montanhas junto à fronteira noroeste com a Arábia Saudita e a forte presença de células da Al-Qaeda no país. Aliás, foi ao tornar-se aliado dos Estados Unidos no combate ao terrorismo islamita que o ditador iemenita conseguiu consolidar-se no poder

depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque. E graças à cooperação do regime de Sanaa, ainda no final de Setembro os americanos conseguiram matar um dos mais importantes líderes da Al-Qaeda, Anwar al Awlaki, que chegou a ser falado como um dos possíveis sucessores de Ben Laden, o chefe terrorista morto em Maio de 2011.

Resta saber se Ali Saleh, que num primeiro momento deu sinais de cedência aos opositores, prometendo mesmo não se candidatar a mais um mandato, regressou agora determinado a perpetuar-se. O facto de o seu regime ter sobrevivido à sua longa ausência, revela uma força inesperada. Longe vai aquele momento, como conta Bassam Tayara, em que “aos gritos de ‘Tunis da liberdade, Sanaa te saúda mil vezes, os estudantes apelaram os povos árabes para se revoltarem contra os seus dirigentes’”. Estávamos a 2 de Fevereiro, Ben Ali já partira, Mubarak resistia ainda.

Mas se houvesse uma bolsa de apostas sobre o quarto líder árabe a ser derrubado pela onda iniciada na Tunísia, Ali Saleh estaria no topo das preferências, com Bashar al Assad logo a seguir. Não há fumo sem fogo e a Primavera Árabe mostrou brechas inesperadas na solidez dos regimes de Sanaa e Damasco. Quanto aos monarcas, só o do Bahrein parece correr alguns riscos, pois é evidente que depende da protecção saudita e a forma como lidou com a revolta xiita, prendendo até os médicos que nos hospitais tratavam as vítimas da repressão policial, criou ainda um fosso maior entre a coroa e os súbditos. E as eleições realizadas no final de Setembro foram boicotadas pelos xiitas, enquanto o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, condenava a prisão de opositores.

VAMOS VER QUEM SE QUEIMA

Derrubar um ditador é um feito enorme, três ainda mais, mas construir de seguida uma democracia é o desafio maior de todos. As massas árabes mostraram nos últimos meses que valores como a liberdade e o respeito pelos direitos humanos lhes eram caros. Uma das surpresas da Primavera Árabe foi a ausência inicial, seja na Tunísia seja no Egipto, das habituais palavras de ordem contra a América e Israel, assim como de referências demasiado óbvias ao islão. Outra surpresa é que não foi o aclamado discurso do Presidente americano Barack Obama no Cairo, em Junho de 2009, sobre um novo princípio a motivar os árabes para a mudança. Foi sim a morte de um jovem igual a tantos outros, o que traz uma genuinidade única ao movimento, mesmo que depois se tenha de ter em conta que cada país, cada sociedade, aprisionou as andorinhas da Primavera Árabe na gaiola das suas tensões e frustrações.

“A violência libertadora das revoltas não se verá travada pela repressão. É viva e criativa. Encarna numa nova geração de jovens, alguns dos quais viveram no estrangeiro e que, ao contrário dos seus pais, abriram as janelas que dão para o mundo. Viram como vivem outros jovens, comprovaram que a liberdade é sinónimo de vida. Como num sonho, vislumbraram de repente que também eles têm a possibilidade de viver melhor, de acabar com as ditaduras, de recuperar a dignidade. Como? Com que instrumentos? Através do simples facto de comunicar, de trocar ideias, projectos. O mundo é imenso, mas agora está ao alcance da mão, de um simples clic. O tempo mudou de ritmo desde que a informação se difunde em tempo quase real”. Este voto de optimismo pertence a Tahar ben Jelloun, um intelectual que aos 67 anos mostra acreditar na vontade de mudança da juventude árabe. Crê que é uma vontade inabalável e põe nela toda a sua esperança. Mas o marroquino não deixa de fazer também um alerta: “O futuro destas revoltas é ainda incerto. Haverá erros, hesitações, talvez injustiças, mas aquilo de que não há dúvidas é que jamais um ditador poderá espezinhar a dignidade dos árabes”.

Das três ditaduras derrubadas, aquela que mais perto estará de se transformar numa democracia é a da Tunísia. Compare-se com o Egípto e a Líbia e os gastos com a educação são superiores (7,1% do PIB), o acesso à Internet também (3,5 milhões numa população de 10,6 milhões). As mulheres há muito que gozam de direitos únicos no mundo árabe, um legado de Habib Burguiba, o homem que em 1956 arrancou a independência aos franceses e fez questão de construir uma sociedade moderna. O seu erro foi julgar-se imortal e já meio senil foi afastado em 1987 por um Ben Ali que em traços gerais manteve o mesmo rumo, mas sem a legitimidade e a veia inspiradora do antecessor.

Com recursos petrolíferos que mal chegam para as necessidades internas, a Tunísia teve também o mérito de construir um tecido económico diversificado, com a indústria têxtil a juntar-se ao turismo como grandes fontes de divisas. Não existe assim um clientelismo do Estado ao nível das potências petrolíferas e o espírito empresarial dos tunisinos, agora sem o clã Trabelsi como predador, tenderá a vir ao de cima se a União Europeia continuar a privilegiar esse parceiro mediterrânico. Joga também a favor da Tunísia a homogeneidade da sua população. É o mais arabizado dos países do Magrebe, e as únicas minorias existentes são bolsas ínfimas de berberes e de judeus. E se o partido islamita Ennahda ('Renascimento') surge como favorito para as eleições agendadas para dia 23 deste mês, a verdade é que surpreenderá se conseguir mais de 20% dos votos, tal é a tradição laicista (Burguiba chegou a parecer na televisão durante o jejum do Ramadão a beber um sumo de laranja e a explicar que fome e sede são contrários ao desenvolvimento). Além disso, o homem que está a conduzir a transição é uma figura respeitadíssima. Graças aos seus 84 anos, Beji Caid el Sebsi usufrui de um passado de militante anti-colonial, de ter sido ministro de Burguiba e de desde 1994 ter deixado de exercer cargos que o associassem a Ben Ali. A idade garante ainda que não esconderá ambições de poder para si.

Mas não nos entusiasmemos em demasia. Ben Ali quando fugiu planeava regressar, contando com os seus homens de mão para lançar o país na violência e no caos de modo a que o povo, assustado com revolução, apelasse ao seu regresso. E Lina ben Mhenni, a corajosa blogger cujo nome chegou a ser falado para o Nobel da Paz, revela preocupação com o futuro: "Nada está ganho. Aquilo que me inquieta, é que vamos entrar no período eleitoral com os media de ... Ben Ali. Certos directores de jornais são os mesmos de sempre. E essa gente devia ser punida e julgada. Mentiram ao povo tunisino durante os anos da ditadura, esconderam a verdade, dissimularam esses estudantes, esses sindicalistas, presos, torturados, abatidos a tiro. Soube que antigos elementos do regime de ZABA criaram um blogue chamado Putas Tunisinas para atacarem as mulheres, as bloggers. Os jornalistas têm a possibilidade de fazer muito melhor, mas não fazem, e a polícia continua a matar, os mortos continuam a cair."

Com os seus 82 milhões de habitantes, e uma sociedade herdeira de várias civilizações grandiosas, o Egípto é por natureza o líder do mundo árabe. Mas é também um Estado empobrecido, onde as clivagens sociais são enormes. A pressão demográfica é imensa para um país que, basta ver as fotografias aéreas, depende de uma estreita faixa verde ao longo do Nilo para a sua agricultura. Por isso, o Cairo exhibe uma rede de metropolitano de fazer inveja, mas tem também milhões de pessoas a viver nos cemitérios.

E se a unidade da oposição parecia ser total aquando das manifestações na praça Tahrir, agora há partidos liberais que temem a força dos Irmãos Muçulmanos, essa confraria criada em 1928 e que se abandonou a violência não desistiu do projecto de um Estado Islâmico, apesar dos oito milhões de cristãos. E os ataques a igrejas coptas em Maio de 2011 ou o assalto à embaixada de Israel a 9 de Setembro, mostram que existe uma pulsão extremista muito forte, que aproveita a queda de Mubarak para se mostrar. Ao mesmo tempo, a agitação social, com greves no canal do Suez e em muitas fábricas, está a deixar de rastos uma economia que sente também a ausência dos turistas, quase desaparecidos, quando outros anos vinham aos milhões em busca das pirâmides ou das praias do Mar vermelho. Há ainda saudosistas de Mubarak como se viu no início de Setembro, aquando da terceira sessão do seu julgamento no

Cairo. E houve confrontos entre quem exigia a pena de morte para o ditador e quem insiste em chamá-lo de pai da pátria. Mesmo Alaa al Aswany, que agradece aos militares o papel na transição, não se cansa de alertar para a demora em passarem o poder aos civis. E o marechal Mohammed Hussein Tantawy, de 76 anos, pode agora ser o homem da mudança, mas toda a vida foi um fiel seguidor de Mubarak, seu companheiro de armas. Relembremos o que disse Aswany numa entrevista em finais de Setembro de 2011 ao jornal francês *Le Monde*: “Observo esta transição com um olhar crítico. Uma parte de mim permanece otimista porque o povo egípcio deu o exemplo de uma revolução pacífica, que foi capaz de julgar Mubarak, o que é histórico para o país e para a região: o presidente nunca mais será o nosso pai, ou o símbolo da nação, ou todas essas asneiras. Mas ao mesmo tempo o conselho militar que dirige a transição não tem nada de revolucionário. Muitos membros do regime de Mubarak conservaram o seu posto, e isso inclui generais da polícia que torturaram, que cometeram crimes. Essa gente é tanto mais perigosa quanto está desesperada. Uma revolução é a eliminação de um regime. Ora, o conselho militar não faz mais que propor reformas, que são o melhor meio de salvar o antigo regime”.

Quanto à Líbia, e mesmo que Kadhafi continue em fuga, o essencial agora é a divisão de despojos entre os vencedores. A ajuda internacional foi decisiva para o triunfo dos rebeldes e toda a gente no Conselho Nacional de Transição sabe que em especial franceses e britânicos precisam que emergja uma fachada de democracia na Líbia para poderem continuar a justificar um direito de ingerência que noutras ocasiões, como no Iraque em 2003, acabou por ser mal entendido. Mas não só Kadhafi jogou na política do dividir para reinar durante as quatro décadas da sua liderança, como agora se percebe que há uma ânsia de repartição das benesses do novo poder, seja entre rebeldes da primeira hora, seja entre outros que só alinharam quando era certa a derrota da ditadura. Desde os toubou, esses líbios negros do deserto, até aos berberes das montanhas junto à fronteira com a Tunísia, passando pelas inúmeras tribos que forneceram combatentes à rebelião, todos se imaginam a lucrar com o petróleo da nova Líbia (1,5 milhões de barris diários, para apenas 6,6 milhões de habitantes). Mas mais grave ainda é a repartição de poderes entre as várias correntes que se uniram para derrubar Kadhafi. E há de tudo: desde o presidente do conselho nacional de transição, Mustafa Abdel Jalil, um ex-ministro da Justiça de Kadhafi com fama de moderado mas que conta no currículo de juiz com a condenação à morte das enfermeiras búlgaras falsamente acusadas de infectarem crianças com sida num hospital de Bengazi, até Abdelhakim Belhadj, o comandante militar rebelde em Tripoli, veterano da guerra no Afeganistão que chegou a ser levado nos aviões da CIA para ser torturado por suspeitas de ligação à Al-Qaeda. E passando ainda pelo ministro das Finanças e do Petróleo, um economista liberal exilado nos Estados Unidos, que fugiu em 1973 e chegou a ser condenado à morte por Kadhafi.

Uma vez mais a palavra a Tahar Ben Jelloun:

“Não devemos esquecer que a Líbia não é um Estado propriamente dito: é um conjunto de tribos e clãs que Kadhafi manteve numa espécie de ficção absurda. Kadhafi e só ele é o garante da unidade da Líbia. Devido a esta situação tão peculiar, torna-se muito difícil desalojar o clã Kadhafi sem mergulhar o país no caos”.

Contrariar esta premonição não será fácil. Aliás, não é muito diferente da análise feita no britânico *The Guardian* por Hisham Matar, um romancista líbio cujo pai foi preso, torturado e feito desaparecer pelo regime: “Os líbios são confrontados com um profundo desafio: como construir uma democracia num país cujas instituições e sociedade civil foram estranguladas durante 42 anos. Haverá retrocessos, serão cometidos erros, mas não há outro caminho”.

No mundo islâmico, há casos de democracias a funcionar, mesmo que por vezes pareçam vacilar. É o caso da Indonésia, do Paquistão, do Bangladesh e sobretudo da Turquia, agora vista como modelo inspirador da Primavera Árabe, em especial pelos partidos islamitas que querem se inspirar no estilo do primeiro-ministro Recep Erdogan. Mesmo no mundo árabe, há muito que o Líbano se habituou ao jogo democrático, (apesar dos constrangimentos constitucionais

que dão demasiado peso às comunidades religiosas), enquanto palestinos e iraquianos já várias vezes puderam em liberdade escolher os seus governantes. Por isso, que da Primavera árabe saiam algumas democracias é uma hipótese a ter em conta. E de novo a Tunísia é a aposta mais segura. Isso significa, porém, que partidos islamitas podem sair vencedores, graças ao seu historial de oposição às ditaduras e de acção social. Aconteceu no passado, com a Argélia a ser um exemplo a não seguir, pois a anulação da vitória islamita de 1990 pelos militares levou a uma guerra de terror de parte a parte, com mais de cem mil mortos numa década. Ora, aqui surge um ponto importante: o papel dos militares. Sabe-se que na Tunísia recusaram alinhar com o ditador e salvaram a revolução. Mas no Egipto a revolução foi feita contra um dos seus e o alinhamento dos generais com os gritos de liberdade da praça Tahrir quase que foi uma forma de garantirem a sua salvação sem necessidade de enfrentar o próprio povo. Ora, olhando bem para tudo aquilo que já se escreveu sobre a Primavera Árabe (nome inspirado na europeia Primavera dos Povos de 1848) é evidente que o desejo de liberdade dos jovens e da população em geral choca sempre contra uma força maior, nuns casos o monarca, noutros as forças armadas. E tanto os soberanos como os generais parecem dispostos a ceder a algumas reivindicações de modo a que a chama revolucionária não incendeie tudo. Ou seja, com ditadores derrubados ou não, os futuros regimes serão sempre de compromisso. Menos arrogantes, mais respeitadores das liberdades, sem tentações dinásticas republicanas, mas mesmo assim aquém do que se deve esperar de uma democracia. E são abusivas as comparações com o 25 de Abril de 1974 em Portugal, como faz Tahar Ben Jelloun, ou com a derrocada s regimes comunistas na Europa de Leste a partir de 1989. É que votar, muitos árabes já votam, mas em partidos únicos (ou quase) e em líderes sem rivais, felizes com os seus 'scores' acima de 90%.

Da sabedoria dos seus 95 anos, o mais reputado dos islamólogos, o britânico Bernard Lewis afirmou ao americano *Wall Street Journal* ainda nos primeiros tempos da vaga democratizadora no mundo árabe: "Temos hipóteses de estabelecer - hesito em usar a palavra democracia – algum tipo de sociedade aberta e tolerante. Se isso for feito dentro dos seus sistemas, segundo as suas tradições". Parece pouco, mas olhando para a história do mundo árabe é muito. Sobretudo, porque já se percebeu que por entusiasmo geral que a Primavera Árabe suscite, as regras da 'Real Politik' permanecem firmes: a mesma Rússia que tolera na ONU uma resolução contra a Líbia de Kadhafi trava qualquer iniciativa contra a Síria de Al Assad. Os mesmos Estados Unidos que deixam cair o velho aliado Mubarak, fecham os olhos à intervenção saudita no Bahrein em socorro de um Rei às avessas com os súbditos. E uma França que começou por querer dar conselhos de resistência policial a Ben Ali para depois ser a campeão do derrube do regime líbio, elogia com suprema facilidade o modo como Marrocos lidou com a sua versão da Primavera Árabe. Claro, um TGV foi encomendado pelo reino.

"Primeiro eles ignoram-te. Depois eles ridicularizam-te. Depois eles combatem-te. Depois TU GANHAS", podia ler-se num cartaz empunhado por um manifestante na praça Tahrir e cuja foto surge no livro de Karima Khalil. É o 'TU GANHAS' o desafio. Quase tudo está por alcançar. Oxalá que sim.

TRÊS PAÍSES NA VÉSPERA DA PRIMAVERA ÁRABE

	TUNÍSIA	EGIPTO	LÍBIA
População	10, 6 milhões	82 milhões	6,6 milhões
Ex-colonizador	França	Grã-Bretanha	Itália
Independência	1956	1922	1951
Fim da monarquia	1957	1952	1969
Presidentes	2	3	1
Ditador no poder	Há 23 anos	Há 30 anos	Há 42 anos

PIB/habitante	9400 dólares	6000 dólares	14000 dólares
IDH	83.º	104.º	55.º
Educação (%PIB)	7,1%	3,8%	n.d.
Jovens – 15 anos	23,2%	32,7%	32,8%
Filhos por mulher	2	2,9	3
Defesa (%PIB)	1,4%	3,4%	3,9%
Recursos	Turismo e indústria	Turismo e Suez	Petróleo
Menos corruptos	59.º	98.º	146.º
Acesso à Net	3,5 milhões	20 milhões	354 000
Urbanização	67%	78%	43,4%

Fonte: CIA World Fact Book, BBC, Transparency Internacional

BIBLIOGRAFIA

- Alla al Aswany. *Egipto: Las Claves de una Revolución Inevitable*. Galáxia. Gutenberg. 2011
- Fehiti Benslama Soudain *la Révolution! De la Tunisie au monde arabe: la signification d'un soulèvement*. Denoel.2011
- Lofti Ben Chrouda. *Dans l'Ombre da Reine*. Michel Lafon. 2011.
- Karima Khalil. *Messages from Tahrir*. The American University Press in Cairo. 2011.
- Lina Ben Mhenni. *Tunisian Girl – Blogueuse pour un Printemps Arabe*. Indigene editions. 2011.
- Tahar ben Jalloun, *La Primavera Árabe: El Despertar de la Dignidad*. Alianza Editorial. 2011.

